

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

THALITA TICIANE FARIA MENESES

**A (IN)DEPENDÊNCIA NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA:
um exercício de aproximação histórica**

Maceió - AL

2024

THALITA TICIANE FARIAS MENESES

**A (IN)DEPENDÊNCIA NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA:
um exercício de aproximação histórica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Banca Examinadora como requisito para a obtenção
do título de Bacharel em Serviço Social pela
Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Bezerra de Araújo

Maceió - AL
2024

**Catalogação na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

M543i Meneses, Thalita Ticiane Farias.

A (in)dependência na formação social brasileira : um exercício de aproximação histórica / Thalita Ticiane Farias Meneses. – 2024.
51 f.

Orientador: Lucas Bezerra de Araújo.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social: bacharelado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 49-51.

1. Formação Social - Brasil. 2. Capitalismo dependente. 3. Pensamento social brasileiro. I. Título.

CDU: 316(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



**Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas /UFAL**

Documento assinado digitalmente
gov.br THALITA TICIANE FARIAZ MENESSES
Data: 21/01/2025 04:58:39-0300
Verifique em <https://validar.itil.gov.br>

DISCENTE: Thalita Ticiane Farias Meneses

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 05/12/2024

Título:"**A (IN)DEPENDÊNCIA NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA:** um exercício de aproximação histórica".

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
gov.br LUCAS BEZERRA DE ARAUJO
Data: 06/12/2024 06:31:21-0300
Verifique em <https://validar.itil.gov.br>

Professor Dr. Lucas Bezerra de Araújo(orientador)

Documento assinado digitalmente
gov.br CLARISSA TENORIO MARANHAO
Data: 17/01/2025 20:01:05-0300
Verifique em <https://validar.itil.gov.br>

Professora Drª. Clarissa Tenório Maranhão

Documento assinado digitalmente
gov.br ELAINE NUNES SILVA FERNANDES
Data: 16/12/2024 23:44:33-0300
Verifique em <https://validar.itil.gov.br>

Professora Drª. Elaine Nunes Silva Fernandis

AGRADECIMENTOS

O amor sempre me rodeou. Desde criança, sinto sua presença em cada gesto e demonstração de afeto ao meu redor. Seja no esforço diário de minha mãe, que trabalhava para sempre dar o melhor para mim e para minha irmã, seja no cuidado da minha tia/avó Aparecida, que ficava conosco todos os dias para que mainha pudesse realizar o que precisava.

Também sinto esse amor nos puxões de orelha da tia Michele, na companhia silenciosa da minha irmã Clayne sempre que eu não estava bem, no sorriso do meu sobrinho todas as manhãs, quando chego em casa depois de um dia cansativo de trabalho, em cada ligação da Gabi me acordando para ir à Faculdade, nos carinhos de Laurinha no meu cabelo, nas longas horas ao telefone com Carli, que sempre me ouvia desabafar, nos cafés da manhã “superfaturados” com Thays, nos desenhos e carinhos da Paula, nos abraços apertados do Lucas e do Gabriel, nas conversas com Jota, nas demonstrações de cuidado do Rene, nas cervejas e conversas jogadas fora com Ryzia, Dayse, Richard, Eric e Jonh, na forma como a professora Elaine ensina e cuida de suas alunas como se fossem filhas, na persistência do professor Lucas para que eu conseguisse concluir este trabalho, e na bondade de um Deus que mainha me apresentou desde o meu nascimento. A todos vocês, dedico meu afeto, amor e eterna gratidão.

“A história se repete, a primeira vez como tragédia, e a segunda como farsa”
Karl Marx.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso investiga a relação entre dependência e independência no processo histórico brasileiro, com ênfase nas marcas coloniais que ainda influenciam o Brasil contemporâneo. A análise parte de uma revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, dialogando com o pensamento social brasileiro, com foco em autores como Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré e Ruy Mauro Marini. A pesquisa examina dois momentos históricos fundamentais, a Colônia e o Império, destacando como o tripé latifúndio, monocultura e escravidão formaram a base da economia nacional. A transição para o capitalismo dependente, no século XIX, é abordada à luz das relações desiguais entre países centrais e periféricos, refletindo um padrão econômico ainda presente, em que o Brasil se mantém como exportador de matérias-primas e importador de produtos industrializados. Por fim, o trabalho conclui problematizando a continuidade dessa dependência estrutural e seu impacto na construção de um país verdadeiramente soberano e independente.

Palavras-chave: Formação Social Brasileira. Capitalismo Dependente. Pensamento social brasileiro.

ABSTRACT

This monograph examines the relationship between dependence and independence in Brazil's historical process, emphasizing the colonial legacies that continue to shape contemporary Brazil. The analysis is based on a literature review of the development of dependent capitalism in Brazil, utilizing the Marxist theory of dependency and Brazilian social thought, with a focus on scholars such as Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré, and Ruy Mauro Marini. The research explores two key historical periods: the colonial invasion and the imperial era, highlighting how the framework of large estates, monoculture, and slavery laid the foundation of the national economy. The transition to dependent capitalism, consolidated after the Independence of 1822, is discussed in the context of unequal relations between central and peripheral nations, illustrating an ongoing economic pattern in which Brazil remains an exporter of raw materials and an importer of manufactured goods. In conclusion, the study addresses the persistence of this structural dependency and its impact on the construction of a genuinely sovereign and independent nation.

Keywords: Brazilian Social Formation, Dependent Capitalism, Brazilian Social Thought

SUMÁRIO

1. Introdução	8
2. Os fundamentos históricos da colonização brasileira	11
3. A transição ao capitalismo dependente no Brasil	25
3.1 Herança colonial e capitalismo dependente no Brasil	25
4. A (in)dependência à luz do Brasil contemporâneo	37
5. Considerações finais	45
Referências Bibliográficas.....	48

1. Introdução

“A história é uma ciência social; seu objeto é o conhecimento do processo de transformação da sociedade ao longo do tempo” (Sodré, 1963, p. 3). Ao iniciarmos este trabalho com essa frase memorável do historiador Nelson Werneck Sodré, destacamos a necessidade de estudar história para compreensão do nosso presente, mais que isso, de observar atentamente as questões do presente para a partir dele mergulhar em busca de suas raízes no passado. Seguindo essa linha de raciocínio, optamos por pesquisar e escrever sobre as características da colonização que persistem até os dias atuais, como a dependência, o sistema monocultor, o latifúndio, a superexploração da força de trabalho e o desemprego estrutural.

Carlos Nelson Coutinho (2006), ao escrever sobre o Estado Brasileiro e sua gênese, destaca que muitos dos traços do fenômeno estatal brasileiro têm raízes no início de sua história. Ele indica, assim, os fundamentos da nossa estrutura econômica dependente, pois como é de amplo conhecimento, o Brasil consolidou sua posição de grande produtor e exportador mundial de commodities nesse período, paradoxalmente, o país apresenta uma das mais brutais desigualdades do mundo.

Em seu passado colonial, que durou mais de três séculos, o Brasil viu os fundamentos de sua formação econômica serem estabelecidos. Esse período foi marcado por expropriações, roubo, saque, genocídio e escravidão. A riqueza extraída era destinada ao mercado exterior. Para compreender o Brasil contemporâneo, é imperativo problematizar esse passado, que, embora pareça distante, ainda nos envolve em todas as esferas, seja em nossas relações sociais, econômicas, políticas ou geográficas. Assim, a problemática que abordamos refere-se à reflexão sobre o que define o Brasil que conhecemos em 2024, centrando-se em um debate de natureza econômica e social.

Ao examinarmos o “descobrimento” do Brasil, assentado no “mito” fundador (Chauí, 2001), onde o mesmo

Oferece um repertório inicial de representação da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna

(...) como da implantação de seu sentido (...). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente. (Chauí, 2001, p.10)

Visto em retrospectiva, sabemos que a formação do Estado Nacional tem em 1822 um marco. Após mais de trezentos anos na condição de “colônia de exploração” (Prado Jr., 1976), o país, como muitos outros na América Latina, assistiu à passagem às relações sociais capitalistas, profundamente marcadas, aqui, pela dependência estrutural.

Essas nações recém-formadas e tinham como principal função a produção e exportação de matéria-prima e alimentos para os grandes centros, limitando seu crescimento econômico e prejudicando seu desenvolvimento, uma vez que suas riquezas eram remetidas das colônias para Portugal. Conforme observado por Marini (2005, p.140), “a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional”.

Diante dessa realidade, alguns estudiosos desenvolveram propostas interpretativas para explicar a dependência. Para a maior parte deles, aliás, a Independência de 1822 constitui um marco para explicar nossa dependência, ou melhor, a constituição do capitalismo dependente.

Alguns desses analistas, como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos, Florestan Fernandes e Octavio Ianni, utilizaram a ótica marxista para compreender as relações entre os países centrais e periféricos no contexto do modo de produção capitalista. Essas análises marxistas, situadas no campo mais amplo da chamada “teoria da dependência”, serão exploradas ao longo do texto para analisar os dois momentos históricos do Brasil: sua formação inicial (no período colonial) e sua inserção no capitalismo monopolista.

Em termos gerais, observado o período colonial, podemos assegurar que a nova colônia invadida pelos portugueses revelou riquezas que foram prontamente exploradas. Entre elas, destaca-se o pau-brasil, uma árvore abundante no território brasileiro, ao qual trouxe lucros significativos à Coroa, impulsionados pela crescente indústria têxtil na Europa.

Além do ciclo do pau-brasil, sucederam-se os estrondosos “ciclos” econômicos da cana-de-açúcar, dos metais preciosos, do algodão, do café, entre outros. Cada ciclo era encerrado e iniciado de acordo com as demandas europeias, visto que todas essas mercadorias possuíam grande valor no mercado. Ao perceberem o crescimento econômico, os portugueses entenderam a necessidade de mais trabalhadores para aumentar a produção de riquezas. Assim, introduziram a escravidão, inicialmente com indígenas e, depois, com trabalhadores trazidos de regiões do continente africano. Esse sistema consolidou-se, resultando em uma economia baseada na monocultura, no latifúndio e na escravidão.

Até o momento presente, o Brasil permanece um país fortemente ligado à agroexportação, exportando matéria-prima e importando mercadorias industrializadas com alto valor agregado. Esse padrão resulta na venda de mercadorias baratas e na compra de mercadorias caras, devido à limitada capacidade tecnológica do país para processar tais produtos.

Nesse contexto, abordamos neste Trabalho de Conclusão de Curso elementos gerais que relacionam dependência/independência na formação social brasileira. Na busca de compreender o quanto de dependência e independência há em nossa realidade nacional. Elementos como soberania, autodeterminação, Estado nacional, constituem-se como centrais à nossa abordagem.

Portanto, a presente monografia surge através da curiosidade em entender e responder alguns questionamentos e discussões que foram surgindo durante o estudo desse tema no período da formação profissional em Serviço Social, evidenciando o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com algumas das suas contradições e crises no decorrer de sua história, na tentativa de compreender as não tão novas formas de acumulação e dependência que ocorrem através da relação entre os países periféricos e os países centrais, com enfoque na teoria marxista da dependência, mostrando o quão seu referencial teórico é pertinente quando se trata de debater e analisar os aspectos que constituem a realidade brasileira.

Do exposto, o objetivo deste trabalho consiste em apreender a relação entre dependência e independência no processo histórico brasileiro. Trata-se de uma síntese inicial, compatível com as exigências para conclusão de um curso de graduação.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que compreendeu levantamento bibliográfico e sua revisão. O foco privilegiado da interlocução foi o pensamento social brasileiro, especialmente a partir do contato com obras de intérpretes clássicos, como Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré, Ruy Mauro Marini, entre outros. Incorporamos também contribuições resultantes da leitura de artigos científicos que compõem a literatura especializada.

No primeiro capítulo, abordamos a invasão colonial e a constituição do tripé latifúndio/monocultura/escravidão.

No segundo capítulo, situamos a transição entre o período colonial e o período imperial, problematizando a constituição do capitalismo dependente no Brasil e as alterações qualitativas processadas nos âmbitos do Estado e das classes sociais. Além disso, dialogamos com dados do Brasil do século XXI, destacando a preservação de características coloniais que perduram desde a colonização.

Nas considerações finais, problematizamos o ciclo vicioso da dependência estrutural, apresentando seus impactos sobre a classe trabalhadora e sobre a construção de uma Nação de fato independente, livre e soberana, trazendo consigo uma breve comparação do Brasil colônia e do Brasil contemporâneo.

2. Os fundamentos históricos da colonização brasileira

“Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido” (Prado Jr., 1942, p. 13)”. A frase de Caio Prado Jr., em seu clássico *Formação do Brasil Contemporâneo*, nos conduz a uma das características mais marcantes de nossa história: ao longo dos séculos, fomos uma nação cujo propósito primordial é servir prioritariamente aos desejos e interesses estrangeiros. Nesse contexto, o Brasil se constitui como uma nação alheia aos seus próprios

interesses, isto é, os interesses de sua gente. Sua origem – a do Brasil – assemelha-se à de uma empresa comercial, cuja característica constante foi a exploração e opressão da classe trabalhadora e a exploração das riquezas das terras “recém-descobertas”.

Na avaliação de Prado Jr. (1957):

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamantes; depois, algodão e, em seguida, café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com esse objetivo [...] que se organizaram a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país (PRADO JR., 1957, p. 25-26).

Nestes termos, o autor destaca a essência da formação brasileira ao longo dos séculos, revelando o propósito fundamental que moldou a sociedade e a economia do país. Em sua visão, o Brasil se constituiu para fornecer produtos primários/agrícolas ao comércio europeu, portanto, o país foi formado e forjado para ser apenas uma colônia exploratória, não havendo assim o povoamento das terras, inicialmente. Por conseguinte, essa característica delineou toda a estrutura econômica do país nessa direção.

Entretanto, isso não se limita ao passado. Ao contrário, continua plenamente operante da economia brasileira. Como nos indica um analista:

Na atualidade se verificam consequências cujo nascedouro remonta à estrutura agrária estabelecida pelo modelo latifundista, quais sejam: o fortalecimento do poder político-econômico dos latifundiários, que passam a figurar nas estruturas e esferas de poder do Estado; a desigualdade social causada pela concentração da propriedade da terra; a prática e adoção de modelos agrícolas baseados na exploração predatória da terra e da natureza; a prevalência da monocultura voltada ao mercado externo (De Paula, 2017, p. 2825-2826).

Sua característica latifundiária, concentradora de renda, riqueza e poder, contribuiu para radicalizar a desigualdade social aqui estabelecida. Segundo Galeano (1970, p. 8), “nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beleguins nativos”.

O processo de colonização deixa marcas profundas e severas. Os “colonizados”, por assim dizer, têm sua essência atacada bruscamente, sendo impostos a novas culturas, costumes e padrões de sociabilidade, o que, como é de nosso conhecimento, aconteceu com os primeiros moradores da colônia, os índios, que, ao verem suas terras atacadas e invadidas pelos portugueses, lutaram para defender seu modo de vida e preservar suas tradições. Apesar de sua resistência, muitos foram forçados a se adaptar a uma nova realidade, enfrentando a perda de suas terras, a destruição de suas comunidades e a imposição de uma cultura estranha. Esse processo não apenas resultou em um profundo sofrimento, mas também em uma transformação radical das identidades e das relações sociais, cujas consequências ainda reverberam nas sociedades contemporâneas. A luta dos índios, portanto, não foi apenas uma batalha pela sobrevivência física, mas também uma luta pela manutenção de sua cultura e dignidade frente a um sistema opressor.

Portugal trouxe consigo conflitos, doenças e extermínio para os povos originários.

Todavia, no decorrer de nossos estudos, notamos que a trajetória brasileira não segue uma linha cronológica de fácil compreensão; ao contrário, ela incorpora uma conciliação entre passado e presente, entre o novo e o velho, refletindo-se na economia, no Estado e na sociedade. O desenvolvimento brasileiro ocorre de forma lenta e, muitas vezes contraditória, marcada por ciclos de crescimento e crise, além de desigualdades regionais e sociais que persistem ao longo do tempo. Essa complexidade se manifesta nas diversas influências culturais que moldam a identidade nacional, bem como nas estruturas políticas que, por vezes, parecem resistir a mudanças significativas. Assim, o Brasil se revela como um mosaico de experiências e desafios, onde as heranças históricas ainda desempenham um papel crucial na formação de suas dinâmicas contemporâneas.

O “achado por acidente” das terras brasileiras por Portugal, em 1500, foi motivado pela busca da ampliação de suas fronteiras comerciais, pelo desejo de expansão do seu poder e pelo aumento da sua influência política no contexto de expansão das rotas marítimas da “era dos descobrimentos”. Além disso, crises

como guerras e epidemias¹ na Europa no início do século XIV impulsionaram essa expansão. A crise da antiga sociedade feudal era um aspecto decisivo. No mais, levando-se em consideração o caráter mercantilista dessa expansão, acreditava-se que ela traria novas mercadorias para os comerciantes e contribuiria para a cristianização de povos considerados “bárbaros”.

Ao reconhecer as riquezas da colônia, Portugal iniciou o processo de extração e expropriação dessas riquezas. O povoamento do Brasil ocorreu em resposta a um novo temor surgido entre os portugueses, conforme mencionado pelo autor Fafe (1965). Esse contexto inicial moldou as bases da colonização portuguesa no Brasil e as relações entre colonizadores e colonizados. Nas palavras do autor:

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como “o Colonizador”, resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil (Fafe, 1965)

Nesse sentido, a colônia brasileira atravessou diversos momentos significativos, incluindo as divisões de suas terras em capitâncias hereditárias (1534), a chegada dos jesuítas (1549), a fundação de algumas cidades importantes à dinâmica econômica e social da Colônia, a assinatura do Tratado de Madrid (1750), a chegada da Corte Portuguesa para estabelecer a sede da monarquia na colônia (1808) e o processo de crise que antecede a Independência de 1822.

É de nosso conhecimento que a separação do Brasil de Portugal, culminando na abolição do período colonial, ocorreu, mas é intrigante observar que o início desse desvinculamento entre a colônia e a Corte Portuguesa tinha,

¹ No século XIV a Europa conheceu uma crise marcada pela tríade “guerra, peste e fome”, a peste negra vitimou mais de um terço da população europeia, o que provocou um enorme desordenamento no processo produtivo da época.

na verdade, um propósito diferente. Essa separação inicial visava a um novo arranjo político que se concretiza com a Inglaterra, que passou a assumir uma posição imperialista na dinâmica capitalista internacional.

Sabe-se, portanto, que Portugal não foi o único parasita que conseguiu “fincar suas garras” no Brasil. Durante o período colonial, o Brasil desempenhou um importante papel devido a sua produção de produtos como açúcar, tabaco, ouro e diamantes. Porém, como mencionado anteriormente, a administração dessa riqueza ficou a cargo de Portugal.

O Brasil nasceu envolto em complicações diplomáticas. A esta terra privilegiada da natureza pode ser aplicado o conto que se encontra em vários folclore e no qual, por despeito de não haver sido convidada para o batizado da criança, uma fada raivosa propõe-se frustrar todos os mimos que lhe fizeram as boas fadas. “Terás grandeza, formosura, opulência, glória mesmo – exclamaria ela – mas não terás descanso, porque serás o alvo de constantes ambições territoriais e o pasto de contínuos conflitos militares e políticos.” (Rêgo, p. 64, 2001)

Nessa menção, temos uma fantasiosa e verdadeira exemplificação do que acontece na nação, mesmo com toda sua grandeza, o país foi alvo de diversos olhares ambiciosos. Durante esse período colonial, a economia brasileira frequentemente foi explorada para atender aos interesses europeus, muitas vezes às custas do desenvolvimento interno. Isso pode incluir a extração de recursos naturais e a imposição de estruturas econômicas favoráveis aos colonizadores.

Com isso, notamos que em nossas raízes persistem traços do tripé que sustentou esse período e que foram os fundamentos da organização social do Brasil colônia: a monocultura, o latifúndio e a escravidão.

De acordo com Prado Jr. (1976):

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a “grande exploração rural”, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira (PRADO JR., 1976: 122-123).

Para organizar nossas ideias, debateremos todas as vertentes desse tripé que foram destacadas anteriormente, começando pelo latifúndio. Iniciando assim a partir do latifúndio, o mesmo tem suas origens no Brasil no início de nossa formação como colônia e está intrinsecamente ligado à chegada dos portugueses e à forma como as terras brasileiras foram “distribuídas”. Assim, compreendemos e afirmamos que é nessa formação do latifúndio que encontramos “[...] a raiz de nosso subdesenvolvimento, de nossa pobreza e de nossa desigualdade social [...]” (Stédile, 2000, p. 181).

Em 1536, a Coroa decidiu dividir o território brasileiro em grandes faixas de terras que iam do litoral até a linha imaginária determinada pelo Tratado de Tordesilhas. Essa divisão ficou conhecida como Capitanias Hereditárias e foi destinada aos representantes da nobreza e aos militares. Nesse período, iniciou-se o monocultivo da cana-de-açúcar na faixa litorânea e a implantação do regime de sesmaria.

Para Paula e Gediel (2017), as sesmarias foram o primeiro instrumento jurídico imposto pela metrópole portuguesa para distribuir a propriedade agrária por meio da coerção. Esse sistema impôs uma estrutura colonizadora de exploração, garantindo o domínio político e territorial da colônia. A terra tornou-se um símbolo de poder socioeconômico e jurídico, assegurando a soberania geopolítica do Estado português sobre o vasto território brasileiro.

A distribuição de sesmarias foi central para delimitar a atividade econômica colonial em uma sociedade extremamente desigual, com classes definidas. Além disso, socialmente, marcou o surgimento de uma classe dominante rural, a exemplo dos senhores de engenho nas áreas canavieiras.

A proposta da sesmaria buscava incentivar a ocupação das terras estimulando a vinda dos colonos. Nesse momento, o significado dessas terras era mais um dever do que um direito, pois, a sua cessão estava condicionada ao aproveitamento e transferência da terra após certo tempo, ainda estavam seguindo algumas ordens da Coroa. Portanto, não eram de domínio total dos donatários ricos, de forma mais objetiva os que portavam as terras se constituíram em administradores.

Na avaliação de João Pedro Stédile:

(...) critério fundamental para a seleção dos eleitos pela “concessão de uso” das terras era – muito além do que simples favores a fidalgos próximos – a disponibilidade de capital e o compromisso de produzir na colônia mercadorias a serem exportadas para o mercado europeu. A “concessão de uso” era de direito hereditário, ou seja, os herdeiros do fazendeiro-capitalista poderiam continuar com a posse das terras e com a sua exploração. Mas não lhes dava direito de venderem as terras, ou mesmo de comprarem terras vizinhas. Na essência, não havia propriedade privada das terras, ou seja, as terras ainda não eram mercadorias (STÉDILE, 2005, 21-22).

Dessa forma, aqueles que receberam as terras, sem o apoio financeiro da Coroa para colonizar o interior do país, passaram a ocupar o litoral e expulsar os indígenas de suas terras. Os conflitos relacionados à questão agrária no território brasileiro tiveram início, uma vez que houve resistência indígena à imposição dos portugueses. Diante dessa resistência, Portugal optou por escravizar pessoas trazidas inicialmente de África.

Portugal detinha, então, 80% do que era cultivado no solo brasileiro, deixando apenas 20% para os sesmeiros. Esse cenário incentivou os donatários a cultivarem grandes áreas para obterem o lucro desejado. Ao longo do tempo, surgiu um problema: os colonos não possuíam determinações régias sobre a terra que cultivavam, adquirindo-a muitas vezes de forma “ilegal”, pagando por ela, o que não era aceito nesse período de doações.

Na tentativa de reestruturar a ordem, a Coroa lançou um alvará em 1785. O Alvará “reconhecia o posseiro e tentava reestruturar o sistema de sesmarias, buscando manter para a Coroa a responsabilidade na concessão das terras devolutas”. (Diniz, 2005, p. 4)

Em 1823, logo após a Independência, Dom Pedro I proibiu a doação de novas sesmarias. No entanto, não estabeleceu outras regras para a apropriação da zona rural. Diante disso, as pessoas começaram a ocupar terras públicas desocupadas, dando origem a humildes camponeses que cultivavam para sua própria subsistência. Na tentativa de impor alguma ordem no campo, foi estabelecido o primeiro artigo da Lei de Terras, que proibia as invasões às terras públicas. A desobediência a essa norma resultaria em prisão, e a partir desse momento, as terras passariam a ser vendidas.

Em 17 de julho de 1822, a Resolução de Consulta da Mesa do Desembargo do Paço – Nº 76, manda suspender a concessão de sesmarias futuras até a convocação da Assembleia Geral Constituinte.

(...) Foi ouvida a Mesa do Desembargo do Paço sobre o requerimento em que Manoel José dos Reis pede ser conservado na posse das terras em que vive há mais de 20 anos com sua numerosa família de filhos e netos, não sendo jamais as ditas terras compreendidas na medição de algumas sesmarias se tenha concedido posteriormente (...) (MONTEIRO & LEAL, 1998: 8).

Como se constata, esse regime das sesmarias foi superado pela Lei de Terras nº 601, de 1850, um marco na história agrária brasileira, pois institui entre nós, de fato, a propriedade privada da terra. Como destacam Paula e Gediel (2017):

O denominado Regime de Posse é compreendido como espaço de tempo sem regulação legal da aquisição originaria de terras, e verificado do fim do sistema sesmarial (1822) até o advento da Lei de Terras (1850), tem-se 28 anos de lacuna no tocante a legislação agrária. Assim, o sistema jurídico não previa a transferência de terras públicas desocupadas para particulares. (PAULA; GEDIEL, 2017, p. 2826)

No Art. 1º da Lei Nº 601, é proibida a aquisição de terras de qualquer outra forma que não seja pela compra. Essa lei foi promulgada em resposta à pressão da Inglaterra sobre a Coroa para substituir a mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado, o que eventualmente resultou na abolição da escravatura em 1888.

Essa lei, caracterizada pela implantação da propriedade privada das terras brasileiras, reflete o contexto da distribuição original das terras em capitâncias hereditárias pela Coroa Portuguesa, destinadas à nobreza e aos prestadores de serviço da Coroa, excluindo o acesso à terra para aqueles que não pertenciam a esses grupos. Dessa forma, a Coroa conseguia controlar a produção e ainda recebia tributos.

Com a possibilidade de abolir a escravidão, qualquer cidadão brasileiro teria a oportunidade de se tornar proprietário privado de terras, podendo vendê-las ou comprá-las. No entanto, era necessário pagar um valor estipulado à Coroa. Isso dificultou a obtenção de terras pelos ex-escravizados, pois, sem possuir bens, não teriam recursos financeiros para adquiri-las.

Conclui-se que:

A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil (Stédile, 2005, p. 23).

Com esse processo de expropriação de terra e a crescente pauperização no campo, um grupo de camponeses sem terra se rebela contra a escravidão e miséria no Pará, em 1835, luta que ficou conhecida como batalha dos Cabanos. Além dela, entre outras, tivemos a de Canudos, na Bahia, contra os investimentos privados na apropriação de terras.

A tensão de classes e a resistência caracteriza o processo de formação do povo brasileiro. Ante as insurgências populares, fortalece-se o rearranjo de um mecanismo de freio e deslegitimação pela ideia de legalidade em torno da propriedade. Assim, pelo Direito se forja uma “cerca jurídica” da propriedade, o famigerado direito de propriedade. Para impedir invasões desordenadas (fora da ordem), necessário se faz o uso da repressão e para reprimir é necessário um permissivo legal coercitivo. Neste sentido, são erigidos os diplomas legais reguladores da questão agrária brasileira. (Paula; Gediel, 2017.p. 2821).

Na segunda parte do tripé, temos a questão da monocultura, uma prática historicamente comum em diversas áreas do nosso país. Refere-se à prática de cultivar um único tipo de cultura em uma determinada área e está intimamente ligada à produção em larga escala de um único produto para a exportação. Isso resultou na dependência de uma única cultura, expondo assim a economia a riscos como a flutuação nos preços internacionais e crises no mercado.

Claramente, os interesses portugueses eram extraírem do nosso solo o máximo de benefícios com o mínimo de sacrifícios. Os colonizadores que chegaram à colônia utilizaram as terras recém-descobertas para o plantio de produtos agrícolas tropicais, que não conseguiam cultivar em suas terras. Essa prática tinha como objetivo atender às demandas da população europeia, impondo a plantação de gêneros de uma só cultura, como, por exemplo, a cana de açúcar, o algodão, café etc.

O primeiro produto a ser comercializado foi o Pau Brasil (também chamado de pau-de-Pernambuco), nome derivado do país. Era abundantemente encontrado na região da Mata Atlântica brasileira. Sua extração teve início no ano seguinte à chegada dos portugueses. Conforme indicam os pesquisadores Francismar Aguiar e Reinaldo Pinho (2007), a exploração do Pau Brasil foi marcada pela busca por lucro rápido e intenso.

Após a instituição das capitarias e o domínio português sobre sua exploração, sua grande demanda de exportação quase tornou a árvore extinta, tendo em vista que o replantio não era uma prática adotada pela colônia, a extração era feita através da mão-de-obra indígena, obtida a partir da prática do escambo². O principal interesse que havia por parte dos portugueses era que ela possuía propriedades de tingimento de tecidos e sua madeira resistente poderia ser utilizada para fazer instrumentos musicais, por exemplo.

A partir dos anos 30 do século XVI, a colônia inaugura o ciclo da cana de açúcar, representando um momento crucial na economia colonial. A escolha desse cultivo deveu-se à sua capacidade de substituir o mel como adoçante nas mesas europeias. Esse ciclo impulsionou o povoamento no litoral norte do país, especialmente em Pernambuco, que se tornou uma das principais regiões de plantio.

Durante esse ciclo, o Nordeste do país se tornou o centro político e econômico da colônia. O açúcar possuía grande valor comercial na Europa, sendo acessível apenas às classes de maior poder aquisitivo. Essa demanda impulsionou a exportação lucrativa do açúcar para o mercado externo, contribuindo para o surgimento da “aristocracia” dos senhores de engenho.

A viabilidade econômica da cana-de-açúcar exigia grandes extensões de terras e uma significativa força de trabalho escravizada, inicialmente composta por indígenas e, posteriormente, africanos.

Ao iniciar esse processo da monocultura da cana-de-açúcar, sustentada pelo latifúndio escravista, nossas terras acabam virando alvo de todas as atenções. No século XVII, Portugal começa a experimentar o declínio do fluxo de renda, pois, após ver a alta lucratividade portuguesa com o açúcar, a Holanda

² Troca de mercadorias ou bugigangas europeias por trabalho pesado.

realiza expedições para o Brasil e inicia a sua produção, liderados por Maurício de Nassau, ocupando a região de Pernambuco, mas, logo são expulsos por tropas portuguesas e indígenas.

Celso Furtado (2007) pontua o seguinte:

Em primeiro lugar havia os interesses criados dos exportadores portugueses e holandeses, os quais gozavam dos fretes excepcionalmente baixos propiciados pelos barcos que seguiam para recolher açúcar. Em segundo lugar estava a preocupação política de evitar o surgimento na colônia de qualquer atividade que concorresse com a economia metropolitana (2007b [1959], p. 93).

Portugal iniciou sua busca por uma nova cultura, além do cultivo de cana, tivemos também a criação de gado, que iniciou sua expansão no litoral do Nordeste. Porém, como as terras nordestinas eram voltadas para a plantação da cana, começou-se a expansão para as terras do interior brasileiro. No auge do ciclo do açúcar, inicia-se o cultivo do tabaco (fumo), de origem indígena, teve grande aceitação por parte dos europeus e foi uma importante moeda de troca por escravos africanos. Porém, esse ciclo logo entra em crise, juntamente com o fim do tráfico negreiro no século XIX.

Augusto de Miranda, em seu texto sobre a agropecuária brasileira, menciona que:

Concomitantemente à produção de açúcar e tabaco, num segundo plano, surgiram atividades acessórias com o objetivo de garantir a subsistência da população empregada nas principais culturas exportadoras. Tais atividades de subsistência foram constituídas em diversas formas de organização (De Miranda, 2020 , p.32).

Portugal iniciou sua busca por outro tipo de mercadoria que gerasse renda, iniciando assim o ciclo do ouro, mais conhecido como o ciclo da mineração. Contudo, a extração era cara e os únicos que conseguiram entrar de fato nesse mercado foram os grandes latifundiários do país.

Observa-se que, em toda evolução agrícola que ocorre no Brasil, a economia colonial vai se subordinando à satisfação das necessidades europeias, pelo modo que [...] articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu." (Prado Jr., 2011, p.19).

Na década de 1960, no debate da questão agrária brasileira, Caio Prado Júnior reafirmou o caráter mercantil da exploração agrícola, baseada na grande propriedade fundiária e na exclusão e marginalização da pequena exploração agrícola: “A colonização brasileira e ocupação progressiva do território que formaria o nosso País, constitui sempre, desde o início, e ainda é essencialmente assim nos dias que correm, um empreendimento mercantil” (Prado Jr., 1979, p. 48).

Segundo ele, a colonização feita pelos europeus inaugura um tipo de agricultura comercial extensiva e em larga escala, onde as atividades agrícolas de subsistência eram marginalizadas, pelo fato de que todo os esforços e recursos deveriam ser concentrados na lavoura de exportação, seja do açúcar, algodão, café, ou qualquer outro gênero.

Com o crescimento mercantil de Portugal, em meados do século XVI, o tráfico de pessoas negras africanas para o Brasil colônia passou a ser realizado para suprir a necessidade de mão de obra.

“Estima-se que 35,3% dos escravos envolvidos no comércio triangular entre os continentes africano, europeu e americano vieram para o Brasil. Ou seja, mais de 4 milhões de pessoas de origem africana foram escravizadas no País” (Brasil de Fato, 2023).

Chegamos à terceira e última parte do tripé: a escravidão. Durante o período de invasão, duas formas de autoridade foram impostas sobre os povos nativos que já habitavam as terras: repressão e cooptação. Os colonizadores impuseram seu modo de produção, leis e cultura sobre os nativos, utilizando tanto a repressão quanto a cooptação.

As atividades exploratórias nas novas terras começaram com o escambo, de base extractiva, utilizando a mão-de-obra indígena. No entanto, com o surgimento das Donatarias em 1532, houve uma mudança no sentido da exploração, e o interesse dos portugueses também mudou. Agora, não buscavam apenas extraír e transportar os recursos do continente para os mercados europeus; eles queriam estabelecer-se, ocupar e explorar a nova terra. Com essa mudança de foco, a convivência entre portugueses e indígenas

transformou-se, e os colonizadores passaram a usar a força, tornando-se hostil para obrigar os nativos a trabalharem nas plantações e engenhos que se espalhavam. Assim:

Penetravam, sertão adentro, as hordas de pregadores à cata de braços indígenas, os quais se supunha seriam capazes de desempenhar, resignados e submissos, o papel que lhes reservava o novo sistema de produção implantado pela empresa colonial. O índio livre foi, assim, banido de suas terras e expulso para longe do litoral, onde só permaneciam os que à força tinham caído no cativeiro (Guimarães, 1968, p. 13-14).

Em resumo, todas as soluções encontradas e os regimes de trabalho adotados mantiveram um caráter forçado. Diante da resistência dos nativos, expressa por revoltas e rebeliões, e da sua recusa em seguir as ordens dos capturadores, os indígenas foram gradualmente substituídos pelos africanos. Com o sucesso do ciclo da cana-de-açúcar, grandes quantidades de escravizados eram desembarcadas, especialmente no Nordeste.

Os escravizados se rebelavam e continuaram fugindo para os quilombos cada vez mais numerosos, entre eles o mais famoso foi Palmares, que teve aproximadamente 20.000 habitantes, onde sobreviveu por mais de meio século e estabeleceu vínculos de comércio poderosíssimos com as cidades do Nordeste, até ser destruído totalmente em 1694. Os escravizados somavam-se nos centros urbanos e apoiavam as organizações abolicionistas, visto que a lei de terras impediu que eles não tivessem acessos a nenhum tipo de espaço territorial, impossibilitando a construção de moradias, já que os melhores terrenos foram comprados pelos comerciantes capitalistas e outros. Então só restaram os piores locais para se construir habitações como manguezais, grotas e morros, dando origem estrutural das favelas no Brasil (Stédile, 2011).

Além disso, os escravizados, que após a Lei Áurea se tornaram homens livres, não podiam arcar com o preço cobrado pelas terras e, portanto, ficaram sujeitos aos proprietários de terras como trabalhadores assalariados. Sem possuir terras nem recursos financeiros para residir nas cidades, os ex-escravos foram para áreas que não despertavam o interesse dos capitalistas: os morros.

Para aprofundar esse resgate histórico, recorremos a outro autor, Oliveira (2001), que condiciona os conflitos como uma marca histórica na luta pela terra

no Brasil, desde o período colonial (genocídio indígena) até os dias de hoje. Nesse contexto, os indígenas ainda enfrentam repressão do Estado devido à demarcação de suas terras, e as comunidades quilombolas passam pelo mesmo processo. O Brasil testemunhou várias revoltas de movimentos camponeses, como Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, todas protagonizadas por posseiros com características camponesas e sem acesso à terra.

Em 1822, sob a ameaça de perder a limitada autonomia política concedida desde 1808, líderes brasileiros convenceram D. Pedro I a declarar a independência, tornando-o o primeiro imperador do recém-criado Império do Brasil. Diante disso, a resposta dos colonizadores portugueses foi genocídio, escravidão dos nativos e a apropriação do seu imenso território.

Porém, o fim da escravidão no País foi extremamente lenta, gradual e significativamente tardio, sendo o último dos estados latino-americanos a abolir a escravidão dentro de suas fronteiras.

Em 1850, foi aprovada a Lei Eusébio de Queiroz, que estabeleceu medidas para reprimir o tráfico de africanos para o Brasil, sendo que isso apenas se tornou possível após as pressões britânicas sobre o governo da colônia que viria a se chamar Brasil futuramente. Em 1871, foi aprovada a Lei do Vento Livre, que decretava que todos os filhos de escravos nascidos no Brasil, a partir daquele ano, seriam considerados livres; e, em 1885, a Lei dos Sexagenários, que garantia liberdade aos escravos com 60 anos de idade ou mais.

Por fim, em 1888, foi aprovada a Lei Áurea, que decretava a abolição imediata da escravidão no Brasil. Em meados do século XIX, o Estado Brasileiro estava sendo pressionado a libertarem os escravos, pois, gostariam de expandir seus mercados e escravo não compra.

Os escravizados estavam em toda parte, eram vaqueiros, pescadores, mineiros, ferreiros, pedreiros, domésticas, capangas, estavam nas cidades, lavouras, vilas, matas e senzalas.

(...) Foram os olhos e os braços dos donos de minas; foram os pastores dos rebanhos e as bestas de carga; foram os ombros, as costas e as pernas que fizeram andar a Colônia e, mais tarde, o Império. Foram o ventre que gerou imensa população mestiça e o seio que amamentou os filhos dos senhores. Deixaram uma herança profunda: em 500 anos de história, o Brasil teve três

séculos e meio de regime escravocrata contra apenas um de trabalho livre. (In Brasil Colônia)

Com isso, pode-se inferir que o escravismo tem peso fundamental nas relações de cultura e social que foram construídas no país. Concluímos que o escravismo lançou as bases do que o Brasil veio a se tornar. O atraso social, econômico, político, cultural e internacional, produtos esses do colonialismo, nunca foram rompidos de verdade, apenas mascarados e acobertados, reforçados por um processo de modernização anacrônica.

A estrutura colonial brasileira teve como suas principais características a combinação entre a escravidão, latifúndio e, a monocultura, que moldaram profundamente a sociedade brasileira e deixaram um legado duradouro de injustiças e exclusão. Historicamente, contribuíram para formar uma sociedade profundamente hierarquizada, na qual a riqueza, o poder e o acesso a recursos eram concentrados nas mãos de uma minoria extremamente privilegiada, enquanto a maioria da população vivia em condições de exploração e marginalização.

A compreensão dessas estruturas coloniais são essenciais para compreender a dinâmica social, econômica e política do Brasil contemporâneo e para abordar as persistentes desigualdades e injustiças que ainda permeiam a sociedade brasileira. A partir dessas mudanças o Brasil modifica seu modo de produção, adentrando assim no âmbito das relações que constituem o capitalismo dependente no Brasil.

3. A transição ao capitalismo dependente no Brasil

3.1 Herança colonial e capitalismo dependente no Brasil

As bases constitutivas do capitalismo dependente brasileiro devem ser identificadas na dinâmica econômico-social que compreende o século XIX. Trata-se de um período de transição, isto é, de um processo histórico que assinala a via pela qual o Brasil fez sua passagem à Modernidade.

A noção *processual* nos é útil na perspectiva de enfatizar que a transição ao capitalismo não aconteceu da noite para o dia. Nessa ótica, não há um

acontecimento explosivo, um evento que marque a conformação do capitalismo brasileiro, mas um conjunto de determinações históricas particularmente espalhadas no lapso temporal do século XIX.

No entanto, uma série de fatores contribuíram para que nos tornemos dependentes³ de outras potências e presos em um ciclo vicioso de exploração e desigualdade. Como apresentado anteriormente, experienciamos por mais de três séculos uma vida econômica e político-institucional alicerçada na relação Colônia/Metrópole. Na condição de “colônia de exploração”, estruturamo-nos nos moldes de uma “empresa colonial” (Prado Jr., 1976), não só voltada “para fora”, mas controlada por forças externas.

Com a Independência, em 1822, lançaram-se as bases para a construção do Estado nacional, ainda que dentro de certos limites. Afinal, a Independência fora realizada “por cima”, no esquema dos arranjos de cúpula, bloqueando a participação popular.

Segundo Florestan Fernandes (2020), em *Revolução Burguesa no Brasil*, os limites característicos da Independência não impedem de reconhecê-la como um relevante acontecimento no desenvolvimento histórico nacional. Segundo o autor, trata-se da primeira revolução social efetivamente ocorrida no país, ainda que sob o ordenamento das classes dominantes e sem uma ruptura com o pacto colonial.

Nesse sentido, a transição brasileira ao capitalismo – que tem na Independência um significativo marco político-institucional – não rompe com a dominação externa; inversamente, permanecemos presos a um ciclo vicioso de exploração, desigualdade e subordinação às grandes potências estrangeiras.

Noutras palavras, o processo de Independência, além de não resolver os grandes dilemas oriundos de mais de trezentos anos de colonização, os repõe em grau de complexidade superior, transpondo-os e prolongando-os na “via não-clássica” do longo processo de revolução burguesa ali deflagrado. Basta

³ Segundo Furtado (2013, p. 187) "O fenômeno que chamamos dependência mais geral do que o subdesenvolvimento. Toda economia subdesenvolvida é dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência. Mas nem sempre a dependência criou as formações sociais sem as quais é difícil caracterizar um país como subdesenvolvido".

lembra, por exemplo, que pós-1822 mantém-se o sistema escravista, a lógica dos monocultivos e o padrão latifundiário.

Durante o século XIX, apesar do crescimento das cidades, o campo ainda se mantém como importante polo da vida social, econômica, política e cultural do país. De igual modo, preserva-se nossa condição exportadora de produtos agrícolas. É tanto que as primeiras iniciativas de incorporação da lógica industrial ocorrem em unidades produtoras localizadas no campo (como a cana-de-açúcar e o café), e não nas cidades.

Na tentativa de acabar com a relação parasita e a imposição de medidas e restrições que ocorria entre a colônia e a metrópole, a oligarquia brasileira resolve proclamar a independência, a classe dominante se liberta dela - monarquia – como de um fardo, esse evento não apenas define a trajetória política e social do país, como também contribuiu para moldar sua identidade nacional.

Nesse momento, ocorre o rompimento entre as estruturas produtivas e as necessidades das massas. Nesse sentido, alcançamos, no máximo, um processo de “modernização conservadora” ou “modernização sem mudança”. Diversos estudiosos, como Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, entre outros, dedicaram-se a compreender nosso desenvolvimento histórico e a persistente manutenção do tripé colonial, mesmo quando redimensionado ou colocado em novas bases.

Nas palavras do historiador marxista Nelson Werneck Sodré (1974),

O regime capitalista surge e se desenvolve, aqui, cercado pelos dois lados: pelo lado externo, com a apropriação pelo imperialismo de grande parte da acumulação interna; pelo lado interno, com a mesma apropriação, agora da parte do latifúndio.(p. 61)

Prado Jr. (2004) chama atenção para o fato de que o Brasil ainda se mantinha como fornecedor de mercadorias do setor primário para países estrangeiros, negligenciando seu mercado interno e mantendo grande parte de suas características coloniais. Preservando a essência do “passado” colonial, nossa diversidade de produção ainda estava sujeita – mesmo no século XX e

até os dias de hoje – às demandas externas, perpetuando a predominância da função exportadora e mantendo nossa economia dentro dos moldes coloniais.

Adicionalmente, testemunhamos uma crescente instalação de empreendimentos estrangeiros em nosso país, os quais, como salientou Caio Prado Jr. (1987, p. 88), “fixarão as normas, o ritmo e os limites do desenvolvimento, determinados pelo montante dos lucros que a economia brasileira é capaz de proporcionar”. A industrialização traz consigo diversas mudanças com relação ao período anterior, apesar disso, Caio Prado Jr. menciona que:

Diversificou-se a produção do país, e essa diversificação o subtraiu do exclusivismo de algumas atividades voltadas para produtos primários de exportação. [...] Numa palavra, o mercado interno, antes inexpressivo e contando muito pouco como fator propulsor das atividades econômicas brasileiras, já se emparelha nesse sentido ao externo, e começa mesmo a ultrapassá-lo em importância e significação. Isso sem dúvida constitui um considerável progresso e grande passo no sentido da integração nacional da economia brasileira. Mas é um progresso que, pela maneira como se realiza, ou se realizou até hoje, se anula em boa parte e se autolimita, encerrando-se em estreitas perspectivas (Prado Jr., 2004, p. 91).

Nossa diversidade de produção era realizada ainda à mercê dos outros países, preservando a primazia da função exportadora. Em outras palavras, podemos dizer que saímos de uma *dependência colonial* a uma *dependência de natureza capitalista*, nas palavras de Theotônio dos Santos.

No início do século XIX, o café passou a ter uma grande participação no valor total do nosso comércio exterior, consolidando a hegemonia dos fazendeiros paulistas na sociedade brasileira. Alteram-se, nesse momento, as relações entre os latifundiários e seus trabalhadores, no sentido da utilização de formas de remuneração que permitiam maior liberdade ao cultivador e maior interesse, por parte dos mesmos, no aumento das atividades produtivas.

No decorrer do século XIX, o Brasil permaneceu firmemente ligado ao capital inglês, integrando-se completamente ao sistema capitalista, mas mantendo fortes laços de subordinação. Numa palavra, inserção dependente ao sistema capitalista mundial. A economia nacional passou por importantes transformações, com uma expansão limitada do mercado interno, a transição da

manufatura para o sistema fabril e a introdução do uso de máquinas, além de melhorias na produção manufatureira e agrícola ao longo das décadas. No entanto, a grande lavoura continuava a ser a principal fonte de riqueza e acumulação, desempenhando um papel crucial em suas trocas comerciais. Essa era a situação predominante já na primeira década do século XX.

O início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, teve uma influência significativa sobre a economia brasileira. O Brasil foi o único país da América do Sul a participar do conflito, declarando guerra à Alemanha em 1917. Antes do início da guerra, em 1914, a economia brasileira era predominantemente agroexportadora e centrada no café, sendo que o país controlava cerca de quatro quintos da oferta mundial desse produto. Portanto, a crise gerada pela guerra afetou particularmente o Brasil, uma vez que houve uma queda na demanda por *commodities* e um acúmulo de toneladas de café nos armazéns europeus como garantia de pagamento para a dívida externa.

Com o desenrolar da guerra, ocorreu a quebra da bolsa de valores, o que teve um impacto direto sobre o preço do café. Isso resultou em uma queda abrupta nos valores dos produtos exportados pelo Brasil, levando ao acúmulo de estoques desses produtos da grande lavoura. Essa situação foi agravada por uma crise de superprodução generalizada.

Assim observa Nelson Werneck Sodré:

Era, entretanto, um sistema grande mas frágil, extremamente vulnerável pela sua dependência do exterior. A dependência não estava configurada apenas pelo fato de serem os preços das matérias-primas e alimentícios fixados no estrangeiro, mas no fato de ser a importação onerada ainda por alimentícios, além de utilidades que a produção interna não tinha possibilidades de atender (Sodré, 1963, p. 297).

Na tentativa de segurar os preços, o governo de Getúlio Vargas manda queimar os estoques de café, com o objetivo de “equilibrar a economia” e impedir a falência dos cafeicultores, demonstrando dessa forma o poder que agentes externos têm sobre o plano doméstico. A estrutura econômica interna depende do exterior, é ele quem exerce um papel dominante no que diz respeito aos preços e condiciona a produção.

O reflexo colonial ainda pode ser bastante observado na transição entre a Colônia e o Império e entre o Império e a República. Muitos aspectos estruturais foram preservados. Ao recapitular os acontecimentos que antecederam a forma capitalista como conhecemos, Alberto Passos Guimarães (1964) menciona que:

A despeito de todos esses acontecimentos, que fizeram estremecer seu imenso poderio, o sistema latifundiário mantém até os nossos dias, com a máxima firmeza, o controle de nossa economia agrária. E não seria um exagero asseverar que em suas mãos ainda está, de certo modo, o controle da economia nacional. (Guimarães, 1964, p. 178).

Temos, portanto, que, mesmo com tudo que aconteceu desde o período colonial até a formação do Estado nacional, nada conseguiu dissociar a economia do sistema latifundiário. Em face disso, a monocultura continua a ser um dos grandes problemas brasileiros. Nossa produção, como mencionado anteriormente, gira em torno das demandas internacionais. Portanto, durante a transição ocorrida no país, o mundo foi acometido de dois grandes impactos que influenciaram diretamente a economia brasileira: a Primeira Guerra Mundial e a quebra da bolsa de valores, ocasionando na queda da busca e do valor do nosso principal produto produzido no país: o café.

A crise cafeeira é um dos acontecimentos que melhor representam o impacto sofrido pela economia internacional na economia brasileira e, por ser o principal produto produzido pelo país à época, ao cair a demanda, a economia também caiu, fazendo com que o Brasil entrasse em crise, a alta produção do produto e a queda da importação fez com que o governo comprasse e queimasse toneladas de café para que não houvesse desvalorização excessiva do produto.

Nesse contexto, a atuação de Getúlio Vargas merece uma análise crítica. Embora Vargas tenha buscado implementar políticas que visavam a modernização da economia brasileira, sua resposta à crise cafeeira revela limitações significativas em sua abordagem. A queima de café, uma medida drástica para controlar a oferta e evitar a desvalorização, demonstra uma dependência excessiva de um único produto e uma falta de diversificação econômica. Essa estratégia não apenas evidenciou a fragilidade da economia

brasileira, mas também perpetuou a estrutura latifundiária que dominava o setor agrícola, sem promover mudanças estruturais que pudessem beneficiar os trabalhadores rurais e as comunidades afetadas pela crise.

A monocultura implica também de forma negativa no solo e acaba gerando sua degradação, diminuindo biodiversidade, aumentando a vulnerabilidade a pragas e doenças específicas que afetam a cultura dominante, criasse também uma dependência excessiva de uma única safra, além de gerar grandes riquezas para os proprietários das lavouras e indústria de fertilizantes.

Desde a colonização, o Brasil ficou conhecido como um “grande fazendão”⁴, sustentando sua economia principalmente através da exportação de produtos primários como açúcar, café e, mais recentemente, soja e minério de ferro. No entanto, essa prática de exportar matérias-primas e importar produtos manufaturados a um custo mais elevado estabelece uma condição de dependência econômica. A importação de bens acabados leva à influência de outros países, resultando em uma posição de subordinação em relação às nações industrializadas no comércio mundial.

Essa dependência evidencia uma característica marcante do Brasil: a dificuldade em se industrializar suficientemente para produzir mercadorias destinadas ao mercado interno. Historicamente, o modelo industrial brasileiro tem priorizado a aquisição de tecnologias e conhecimentos estrangeiros, muitas vezes em detrimento do desenvolvimento de tecnologias próprias. Assim, o progresso nos países centrais é autônomo e gerado internamente, enquanto nos países periféricos, como o Brasil, o progresso técnico é frequentemente dependente de tecnologias importadas.

Consequentemente, o Brasil, ao não desenvolver uma base tecnológica própria robusta, acaba assimilando as conquistas materiais e ideológicas dos países mais avançados. Isso perpetua a dependência e bloqueia o desenvolvimento de um projeto nacional de desenvolvimento.

Ainda explanando o tripé colonial, temos, além da monocultura, outro ponto que o compõe: o latifúndio. Originada no Brasil colonial, a estrutura

⁴ Característica essa que se manteve desde sua independência política até as transformações geradas pela Revolução de 1930 e o avanço da industrialização substitutiva de importações.

latifundiária refere-se a grandes propriedades de terras concentradas nas mãos de poucos, fazendo com que o poder econômico e político ficasse com uma elite privilegiada. Durante esse período, como abordado no capítulo anterior, a Coroa portuguesa implementou um sistema de concessão de terras conhecido como sesmarias, centrais à conformação de uma classe senhorial nos marcos do escravismo colonial.

Esse sistema contribuiu para a concentração significativa de poder e riqueza nas mãos de uma elite proprietária de terras. Mesmo após a Independência de 1822, a estrutura latifundiária persistiu e continuou a moldar – até o presente – as relações sociais, políticas e econômicas do Brasil.

De acordo com o Atlas Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), cerca de 3% das propriedades rurais do país são latifúndios, ou seja, têm mais de mil hectares e ocupam 56,7% das terras agricultáveis (ONG Repórter Brasil, 2006).

Ao analisarmos a evolução do sistema latifundiário brasileiro desde sua forma primitiva, observamos que manteve suas características recorrentes, qualificando-o como um regime arcaico e lesivo aos interesses da sociedade brasileira. Mesmo não sendo mais uma peça do mecanismo da Metrópole, ainda serve como um apêndice das grandes potências industriais, para as quais grande parte das mercadorias é destinada.

Embora o sistema latifundiário não seja mais composto por vários senhores com todos os poderes, ele ainda conserva fortes vestígios “arcaicos”, principalmente no que diz respeito ao poder de coerção extraeconômica, conferido pela atual estrutura altamente monopolizada da terra.

Em suma, durante a crise o sistema latifundiário não conseguiu mais manter-se por seus meios naturais, necessitando assim, de novos recursos, subversões e favores dos cofres públicos para manter-se vivo, tornando-se apenas um organismo parasitário, que, ao invés de contribuir para o desenvolvimento da economia nacional, transforma-se num impasse, um obstáculo ao desenvolvimento nacional autônomo e soberano.

A resolução para a problemática das grandes concentrações de terras em mãos de poucas pessoas, que deveria ter sido utilizada na quebra da relação

Colônia e Metrópole, seria a reforma agrária, pois, desde o início da colonização os portugueses formaram diversas grandes propriedades voltadas para a monocultura ao qual produzirem gêneros tropicais destinados ao mercado externo com a utilização de mão-de-obra escravizada.

Os escravizados foram peças fundamentais nesse sistema, e, apesar de a população brasileira ser formada substancialmente por negros, na Constituição de 1824 eles não eram considerados brasileiros, muito menos cidadãos; eram vistos apenas como máquinas vivas de trabalho. Conforme Sodré (1990, p. 44), “Se se considera a legislação vigente, os escravos estão fora de qualquer classe, uma vez que são qualificados como animais, objetos do senhor e não criatura, pessoa, gente”.

Portanto, a escravidão foi uma das bases da economia brasileira por muitos anos. A acumulação primitiva, conforme discutido por Karl Marx, refere-se ao processo inicial de formação de capital que precede o capitalismo moderno. No Brasil, esse processo foi amplamente baseado na exploração brutal do trabalho escravo, que permitiu que os proprietários de terras acumulassem riqueza de forma acelerada e desproporcional. A produção de açúcar e, posteriormente, de café, que eram os principais produtos de exportação, dependia quase exclusivamente do trabalho escravo. Essa dependência não apenas garantiu lucros exorbitantes para uma elite agrária, mas também consolidou um sistema econômico que se baseava na desumanização e na opressão de milhões de pessoas.

Além disso, Theotônio dos Santos menciona Karl Marx ao afirmar que “(...) o comércio de escravos, que ficou sob o domínio inglês no século XVII, foi uma das bases fundamentais da acumulação originária de capitais que permitiu o surgimento do moderno modo de produção” (Santos, ANO, p. 23).

O Brasil foi o último país ocidental a abolir oficialmente a escravatura, o que ocorreu com a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. No entanto, ao longo dos mais de três séculos em que a escravidão perdurou no Brasil, todas as leis aprovadas antes da Lei Áurea (como a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários) tinham como princípio os interesses econômicos e financeiros dos senhores de terras.

Sodré (1990, p. 68) nos diz que “a manobra foi sempre, da parte da classe dominante, no sentido de protelar o fim do escravismo. Ela balançava, durante todo o tempo, entre a necessidade de liquidar o escravismo e o receio de liquidá-lo.”, o autor ainda vai além ao relatar sobre o anacronismo que existia na resistência da classe dominante para pôr um fim no escravismo:

O que fica evidente do conhecimento dessa legislação é a preocupação fundamental da classe dominante na criação do mercado de trabalho. Não há nela nenhuma preocupação com os escravos; o legislador estava preocupado com os senhores e não com os escravos. Libertar sexagenários, realmente, e proclamar tal disposição como benemerência é supor que as pessoas perderam o hábito de raciocinar. Mas foram os pósteros, e particularmente uma historiografia vesga, que fizeram da legislação da época um tema edificante, mistificando o problema. A derrocada do escravismo correspondeu a uma necessidade histórica, correspondeu ao avanço das relações capitalistas.(Sodré, 1990, p. 69).

Mais de seis décadas se passaram após a Independência, e o escravismo ainda persistia. O mais grave é perceber que a população negra só era tratada mesmo como escravizada. Décadas após a Abolição, o Estado iniciou um processo de embranquecimento da população, financiando a imigração de europeus, italianos, entre outros. Essa liberdade formal não trouxe consigo o necessário para a sobrevivência dos ex-escravizados. Não foram implementadas políticas públicas como a reforma agrária, a ampliação do mercado de trabalho para os libertos, e o acesso à educação e saúde, o que podemos correlacionar com o que argumenta Sodré (1990, p. 66): "...isso mostra como não ocorreu aqui a passagem do trabalho escravo ao trabalho livre, mas a substituição daquele por este."

Como fica visível, a história brasileira é marcada por um grande continuísmo, com poucas transformações estruturais, e quando ocorrem, são lentas e conservadoras. O exemplo mais marcante é o processo de Abolição. Esse processo manteve e até fortaleceu o padrão agroexportador por décadas, mesmo após o fim definitivo do trabalho escravo. Celso Furtado, ao tratar do caso brasileiro, afirma que:

Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda. Sem embargo, havia-se eliminado uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial e que, ao perpetuar-se no século XIX, constituía um fator de entorpecimento do desenvolvimento econômico do país. (FURTADO, 1974, p. 205).

Com a mudança no modo de produção e a Abolição da escravidão, tornou-se ilegal possuir escravos. Assim, os donos de terras necessitavam de mão de obra para manter sua produção, e a manufatura exigia alterações nas relações de trabalho. No Brasil, a escravidão foi a base econômica desde o início. Com sua abolição legal - precedida por um processo de substituição progressiva do trabalho escravo pelo trabalho livre, desde a supressão do tráfico africano - era natural que as classes dominantes, proprietárias dos meios e fatores de produção, inclusive a terra, procurassem aproveitar-se da tradição escravista ainda muito presente para intensificar a exploração do trabalhador.

Ao invés da comercialização das mercadorias ser feita pelo próprio artesão que as produzia, as fábricas começaram a ganhar espaço, aglutinando um número expressivo de trabalhadores assalariados subordinados a um patrão que detinha os meios de produção. A expansão do capitalismo industrial, que promoveu alterações significativas na base econômica europeia, também contribuiu para a crise do sistema colonial, decorrente da decomposição do pacto comercial que sustentou o mercantilismo. A partir daquele momento, o mercado precisava se tornar livre, mas isso não significou o fim ou a diminuição do ritmo de exploração do capital sobre o trabalhador.

A precarização e a superexploração da força de trabalho são expressões da maneira como o capital explora esse novo trabalhador. A crise do capitalismo e as alternativas utilizadas para garantir a acumulação capitalista tendem a precarizar o trabalho e multiplicar as expressões da “questão social”, como explica a professora Clarissa Maranhão Raposo em sua tese:

Nas duas últimas décadas, as expressões objetivas da questão social vêm sofrendo alterações em seu conteúdo, tendo em vista as tendências atuais do capitalismo, como a mundialização, a transnacionalização e a financeirização dos capitais, e, particularmente, o incremento da superexploração da força de

trabalho, traço constitutivo e marcante do capitalismo brasileiro. (Raposo, 2015, p.13).

A análise de Raposo (2015) ressalta que essas dinâmicas não apenas perpetuam, mas também amplificam as disparidades estruturais, destacando a necessidade de uma compreensão crítica das novas configurações do capitalismo e suas implicações para a classe trabalhadora. Nesse fenômeno ocorrido no período capitalista, os trabalhadores são submetidos a condições de trabalho extremamente precárias, longas jornadas de trabalho, pois, os trabalhadores são forçados a trabalhar longas horas e muitas das vezes sem o pagamento adequado ou horas de descanso necessárias; salários baixos, onde, muita das vezes não é suficiente nem para atender suas necessidades básicas.

Com isso, destacamos que, além do novo modo de produção que emerge durante esse momento histórico, surgem também novas formas de exploração. Segundo Marini (2000), “Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalhador se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho” (p. 126).

Na teoria econômica desenvolvida por Marx, existem dois conceitos relacionados a essa exploração: a mais-valia relativa e a mais-valia absoluta. Ambos dizem respeito à forma como os patrões obtêm lucro à custa do trabalho dos assalariados. A mais-valia absoluta ocorre quando os burgueses aumentam seus lucros prolongando a jornada de trabalho dos trabalhadores. A mais-valia relativa, por sua vez, ocorre quando o patronato aumenta seus lucros não apenas prolongando a jornada de trabalho, mas também por meio da intensificação e melhoria da produtividade do trabalho. Há, portanto, a substituição da escravidão pelas novas formas de exploração – o trabalho assalariado- que passaram a serem executadas pelo capital, na citação abaixo, resumindo a problemática sobre o novo modo de produção que estava surgindo, Martins apresenta que

O capital é essa força que procura expropriar o lavrador, ou pelo menos submeter o seu trabalho, que procura divorciá-lo dos instrumentos de trabalho da terra, para que, ao invés do lavrador trabalhar livremente para si mesmo, passe a trabalhar para ele, capital [...] (1991, p.16).

Mesmo o novo modo de produção concedendo igualdade nas condições de compra e venda da força de trabalho, por conta do agora trabalho livre, o capital continuou explorando em demasiado o trabalhador e submetendo suas necessidades às necessidades de reprodução e acumulação.

Do exposto, reconhecemos que a contemporaneidade é moldada não apenas pelo nosso passado colonial, mas também pelas decisões tomadas em nosso percurso como país. Torna-se necessário, portanto, superar esse legado colonial em nossa economia e reestruturá-la, priorizando os interesses nacionais e seu próprio desenvolvimento em vez de continuar a servir principalmente aos interesses das nações estrangeiras.

4. A (in)dependência à luz do Brasil contemporâneo

Olhando para o Brasil contemporâneo, é impossível ignorar a persistente influência do passado colonial marcado pelo escravismo, pelo latifúndio e pela lógica dos monocultivos. A noção de uma “herança maldita” não é apenas uma metáfora, mas uma realidade concreta que continua a limitar o potencial de desenvolvimento autônomo do Brasil.

Por uma conjunção de fatores, apesar de ser uma das maiores economias do mundo, o Brasil permanece preso a um modelo de desenvolvimento que é dependente e subordinado na divisão internacional do trabalho. O país continua a desempenhar um papel complementar, exportando principalmente commodities de baixo valor agregado, enquanto importa produtos industrializados e tecnologia. Essa dinâmica reflete a continuidade de um padrão de desenvolvimento assentado na heteronomia (Fernandes, 2006).

Essa realidade, como bem sabemos, não está limitada ao plano interno de uma nação. Historicamente, a América Latina ingressou no mercado internacional, desde o início de sua colonização, baseada no tripé da monocultura, latifúndio e escravidão. Esse modelo econômico consolidou a região como fornecedora de matérias-primas e alimentos para as potências europeias, posicionando-a de maneira subalterna na divisão internacional do trabalho.

Com o avanço do capitalismo no século XIX, houve uma reconfiguração na inserção dos países latino-americanos nos circuitos mundiais de acumulação de capital. Esses países deixaram de ser apenas colônias de exploração para se tornarem economias periféricas e dependentes, caracterizadas por um capitalismo subordinado às necessidades das economias centrais. Nesse novo contexto, a América Latina passou a ser vista como parte do mundo “subdesenvolvido” ou “Terceiro Mundo”.

Em vários países da região, a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre não representou uma ruptura completa com o passado colonial. Ao contrário, a adoção do trabalho livre ocorreu de forma lenta e incompleta, muitas vezes coexistindo com práticas de trabalho coercitivas e precárias, que reforçaram as desigualdades sociais e econômicas já enraizadas.

Portanto, a lógica da acumulação capitalista em escala mundial possui aspectos que, ao mesmo tempo, conseguem produzir o subdesenvolvimento de certas regiões e determinar o desenvolvimento de outras. Ou seja: “o desenvolvimento desigual e combinado foi parte importante da estratégia dos superlucros gerados no contexto dos monopólios” (Santos, 2012, p. 111).

Nessa independência considerada tardia, se transfere o eixo de transferência de valor de Portugal para Inglaterra, que ganha força como potência imperialista mundial no século XIX. Isso acontece não somente pelas exportações de produtos manufaturados, mas também de capitais. Segundo Fernandes (1975), este processo de independência é contraditório entre o elemento progressivo ou revolucionário, com um forte traço conservador de manutenção da estrutura escravista.

A partir desse entendimento, compreendemos que todas essas características de uma economia periférica, as quais foram citadas anteriormente, possuem um caráter estrutural. Sua dinâmica está inteiramente ligada ao desenvolvimento e expansão de outra ao qual ela esteja subordinada. Sendo assim, seu subdesenvolvimento estaria conectado à expansão dos países centrais, representando uma subordinação externa.

Enquanto em diversos países, inclusive da América Latina, a independência foi realizada em forma de combates militares entre frações das

classes dominantes e com a participação popular ativa, no Brasil foi realizada como forma de acordo entre os “donos do poder”, preservando as relações de exploração da força de trabalho e sua estrutura econômica.

Na avaliação de André Gunder Frank:

o subdesenvolvimento dos países da América Latina se reproduzia, ao contrário das perspectivas teóricas anteriores, não em razão da falta e/ou da necessidade de desenvolver os mercados e a indústria capitalista em tais países; ele era de fato decorrente deste desenvolvimento no plano mundial (apud Mendonça, 2022, p.8)

Diversos pensadores buscaram compreender a formação socioeconômica brasileira com o objetivo de encontrar caminhos para um projeto nacional de desenvolvimento. Celso Furtado (1992), por exemplo, expoente da interpretação cepalina, acreditava que o Brasil possuía o potencial para ocupar uma posição de destaque na economia mundial e, assim, proporcionar melhores condições de vida para sua população. Furtado via o vasto território, a população numerosa e os abundantes recursos naturais do país como vantagens que, se devidamente aproveitadas, poderiam afastar o Brasil de seu passado marcado pelo escravismo e pela monocultura, permitindo-lhe superar as barreiras do subdesenvolvimento.

Obstaculizando esse processo de autonomia, a formação do Estado brasileiro contribuiu decisivamente para a manutenção dos elementos que originaram uma sociedade profundamente desigual. Isso fica visível na postura recorrente da burguesia brasileira, que tende a evitar rupturas radicais ou mesmo pequenas aberturas democráticas que poderiam levar a mudanças significativas nas instituições políticas ou oferecer oportunidades para que os trabalhadores conquistassem direitos.

No Brasil, a burguesia nunca apresentou um projeto político que visasse avanços democráticos substantivos, preferindo preservar uma ordem social que garantisse seus interesses e perpetuasse as desigualdades estruturais. A ausência de uma burguesia efetivamente nacional, que tivesse como prioridade as necessidades internas do país, faz com que mantenhamos a exportação de matérias-primas como nossa principal fonte econômica. Mas fato é que nunca contrariamos qualquer potência nacional existente, tendo em vista que nunca

tivemos um projeto nacional. De acordo com Tavares (1999) “as nossas reformas burguesas sempre tiveram como limites dois medos seculares das nossas elites ilustradas: o medo do Império e o medo do Povo” (p. 453).

Na tentativa de compreender a formação brasileira, a manutenção do tripé colonial foi sistematizada e o desenvolvimento capitalista nas particularidades da periferia latino-americana, cria-se a teoria da dependência. Esse debate do desenvolvimento e subdesenvolvimento da América Latina surge amplamente após a 2º Guerra Mundial, na década de 1960, quando inicia as indagações sobre as razões do desenvolvimento dos países em geral e o subdesenvolvimento da América Latina.

A teoria marxista da dependência constitui-se em um desdobramento da teoria do valor-trabalho em Marx e da teoria do imperialismo e Lênin (LUCE, 2018), é o termo utilizado para nomear a interpretação, que, com base na teoria de Marx, da relação entre centro-periferia na economia mundial e torna-se de fundamental importância para o entendimento da inserção subordinada que as economias dependentes, enfatizando aqui as latino-americanas, na atual fase do capitalismo contemporâneo, explicando assim o funcionamento do sistema capitalista, e assim, as particularidades do desenvolvimento socioeconômico que caracteriza a América Latina.

Além destes expoentes, outros autores destacam-se como aportes importantes na indução dos conceitos da Teoria Marxista da Dependência, dentro do amplo debate no campo marxista a respeito do Imperialismo. Dentre os quais a figura de Rosa Luxemburgo, ao identificar que o capitalismo europeu não consegue sobreviver sem as economias do oriente como Índia, China e Egito; León Trotsky, que introduz o conceito do desenvolvimento desigual e combinado; ou ainda os marxistas norte-americanos Paul Baran, Paul Sweezy e Léo Huberman, fundadores da Monthly Review. (Araújo, 2019, p.45)

A venda de produtos primários e compra de produtos industrializados por parte das economias periféricas geram um intercâmbio desigual de mercadorias entre nações industriais e periféricas, sendo assim uma das molas propulsoras que ajudaram a impulsionar a economia europeia.

Porém, o modo do desenvolvimento produtivo latino-americano, percorre um sentido contrário, ao apoiar-se na superexploração da força de trabalho e, para Marini (2005, p. 162), “é nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana”. A superexploração da força de trabalho⁵ nos países dependentes foi um dos mecanismos utilizados que permitiu a crescente transferência de valor da periferia para o centro do sistema, uma vez que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscaram tanto corrigir os desequilíbrios entre os preços e o valor das mercadorias exportadas, mas sim compensar as perdas no comércio internacional por meio do recurso à superexploração do trabalhador (MARINI, 1991; 2005).

Desta forma dizemos que, a superexploração combina os seguintes expedientes, para além dos mecanismos de mais-valia absoluta e relativa, presentes no capitalismo: o prolongamento da jornada de trabalho, a intensificação da força de trabalho e a remuneração abaixo do valor.

O prolongamento da jornada de trabalho sintetiza a luta entre trabalho e capital como uma disputa pelo tempo, é tempo alienado de produção para a riqueza de outrem e, esse se torna um conflito no surgimento da nova classe operária, a luta por uma redução na jornada semanal de trabalho, pois, enquanto nos países centrais trabalha-se 30-36 horas semanais, os países dependentes superam a média de 44-48 horas (OIT, 2009). Com a manutenção da jornada e ampliação da intensidade, eleva-se a exploração e o trabalhador acaba por vender sua força de trabalho por um valor tão rebaixado, que, além do trabalho excedente produzido, ele cede parte do trabalho necessário.

Mesmo que a Consolidação das Leis Trabalho defina os direitos do trabalho no Brasil, o país sempre teve uma tendência de redução do valor da força de trabalho. Porém, enfatizamos aqui que o trabalho precário no Brasil nunca foi uma exceção, sempre foi uma regra. Nossa destaque vai para além do trabalho da cidade, no campo também se faz possível observar novamente o peso da oligarquia rural, que não permite o avanço dos direitos trabalhistas para o campo, até a Constituição de 1988. Como realça Santos:

⁵ A superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real (MARINI, 2000, p. 13).

[...] a ausência de regulação do trabalho no meio rural, que contrasta, de modo flagrante, com a importância econômica e o volume dessa força de trabalho no país até os anos 1950. Quanto a isso não se deve esquecer, de um lado, o caráter primário-exportador da economia brasileira e, de outro, o poder político dos latifundiários, fatores que explicam, de modo conjugado, o retardamento das medidas de regulação do trabalho no campo (SANTOS, 2012, p.436).

Ao longo deste trabalho, ficou evidente que nossa história é uma história de exploração do trabalho. O Brasil, sozinho, recebeu quase 5 milhões de africanos cativos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América. Entre os anos de 1826 e 1850 foi o período que mais aportou escravizados (1.299.969). Por mais de três séculos de trabalho escravo, essa característica que vem de seu descobrimento permeia parte dos empregadores no Brasil, desde a abolição da escravatura até os dias atuais, os empregadores sentem o desejo de pagar o menos possível para um trabalhador, ou até mesmo, não pagar nada, como casos de mulheres que viveram como empregadas domésticas por várias décadas sem receber nenhum salário.

Temos como exemplo o caso de três vinícolas do Rio Grande do Sul – Aurora, Garibaldi e Salton -, que, em fevereiro de 2023 tornaram-se assunto nacional ao contratarem uma empresa terceirizada que fornecia força de trabalho que estava em situação análoga à escravidão, todos vindos da Bahia, o que, além de nos remeter ao trabalho escravo advindo do nosso passado, também nos remete ao racismo estrutural que é visível em nosso dia a dia. Basta olhar o perfil dominante da população carcerária e das favelas do país, para nos confirmar que o passado colonial ainda não foi superado, apenas foi encoberto com uma máscara de modernidade.

Após o *boom* das commodities ocorrido em meados dos anos 2000 e o enfraquecimento da demanda externa, as políticas de incentivos às exportações brasileiras têm sido foco do governo federal. Com isso, estabeleceram medidas para que conseguissem reverter o déficit comercial, estimulando o crescimento econômico e o nível de competitividade no país, especialmente no Plano Brasil Maior 2011-2014, que possuía o objetivo de estimular à inovação e à competitividade da indústria brasileira.

Porém, o estímulo e o aumento das exportações influenciam diretamente o mercado interno, a preferência dos produtores brasileiros em negociar suas mercadorias com os compradores internacionais causa escassez desses produtos no mercado interno, o aumento da importação - tendo em vista que, ao enviar as grandes quantidades dos produtos para fora a produção interna fica insuficiente para o consumo da população -, e os compradores passaram a pagar preços semelhantes aos do mercado externo, para conseguir competitividade, e o sucesso na exportação desses alimentos é considerada uma das causas de alta no custo da comida no Brasil.

O país é, hoje, o maior exportador mundial de soja (56%), milho (31%), café (27%), açúcar (44%), suco de laranja (76%), carne bovina (24%) e a carne de frango (33%), segundo o relatório distribuído aos clientes pelo BTG Pactual. Nota-se, portanto, que o país é um grande exportador de alimentos, o que nos levaria erroneamente a pensar que, por conta disso, não haveria fome em suas terras. Porém,

Os números da fome e da insegurança alimentar no Brasil revelam a triste constatação de que a situação se agravou nos últimos anos. Entre 2014 e 2016, cerca de 4 milhões de pessoas viviam em situação de vulnerabilidade alimentar no Brasil, correspondendo a 1,9% da população. No entanto, os dados mais recentes referentes ao período de 2020 a 2022 mostram um aumento alarmante, atingindo 21,1 milhões de pessoas (9,9% da população). Além disso, cerca de 70,3 milhões de brasileiros enfrentam algum grau de insegurança alimentar, caracterizada como moderada ou severa. Esse número indica que uma parcela significativa da população não possui acesso adequado à alimentação necessária para uma vida saudável e digna. (Conselho Federal de Nutrição, 2023)

Na raiz da desigualdade social e da fome no país encontra-se a concentração de terras nas mãos de poucas famílias ou empresas. Cerca de 3% do total das propriedades rurais do país são latifúndios, ou seja, tem mais de mil hectares e 56,7% das terras agricultáveis – de acordo com o Atlas Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A insistência do país em não fazer uma reforma agrária acaba mantendo sua população com fome, pois, mesmo o país sendo um grande produtor de alimentos, ainda há a privação de acesso da população rural e comunidades de

baixa renda brasileiras. Com a reforma agrária – solução para diminuir a concentração de terras nas mãos de poucos – haveria a redução da pobreza e desigualdade no campo, bem como a garantia da segurança alimentar do país.

Ao comparar a economia brasileira com a de um país em que foi feita a reforma agrária – utilizando aqui os Estados Unidos como exemplo – notamos o quanto foram beneficiadas as famílias produtoras, pois cria-se um mercado consumidor para a indústria que estava surgindo no período, transformando assim os Estados Unidos em uma potência industrial e agrícola em 30 anos.

A história e a realidade econômica vivenciada no Brasil nos revela que há um entrelaçamento complexo entre suas raízes coloniais e a estrutura contemporânea de desigualdade e subdesenvolvimento.

A conservação do latifúndio, da exploração do trabalho e da dependência das exportações de commodities não apenas limitam o potencial de desenvolvimento autônomo, mas também perpetuam um ciclo de vulnerabilidade social, refletido na crescente insegurança alimentar e na pobreza. Além do mais, a falta de uma reforma agrária eficaz, que poderia redistribuir terras e promover a inclusão, mostra a resistência do país em enfrentar suas contradições históricas.

Ao olhar para o futuro, é crucial que o Brasil repense suas prioridades econômicas, priorizando não apenas a produção para o mercado externo, mas também o fortalecimento da economia interna e a promoção de mudanças estruturais em favor das classes trabalhadores. Somente assim será possível romper com a herança colonial que ainda assombra a sociedade brasileira.

5. Considerações finais

A conclusão obtida após esse estudo refere-se, principalmente, sobre o quanto complexa e interessante é a realidade brasileira, pois, mesmo diante de toda sua história e problemas que surgiram no decorrer de sua trajetória, o país ainda se mantém total dependente e influenciado pelos países centrais e, não houve nada que, de forma efetiva, mudasse a realidade de sua população. Além disso, uma análise da realidade brasileira contemporânea nos revela o quanto intrigante são as relações sociais e econômicas que emergem de um passado colonial. Vemos assim uma herança colonial, frequentemente referida como uma “herança maldita”, que continua a moldar as nossas estruturas até a contemporaneidade. Viemos de uma colônia defasada e destruída, porém, essa é uma ferida que se mantém aberta e sangrando, pois encontra sempre velhas-novas formas de nunca cicatrizar.

A própria forma como a colonização foi feita conseguiu afastar a grande massa da população dos principais meios de produção. Além disso, a independência formal e tardia no Brasil não conseguiu superar séculos de colonização, saque e escravidão, pelo contrário, aprofundou à dinâmica da dependência perante o mercado mundial que se edificara.

Sua estrutura se mantém a mesma desde sua independência, modificando apenas a quem sua riqueza pertence, sendo passada de mão em mão. Torna-se assim um grande efeito dominó de exploração que não possui um fim, apenas uma continuação, com peças infinitas, peças essas que começaram a cair nas primeiras necessidades europeias de commodities que eram produzidas nas terras férteis brasileiras. Ocorrendo a venda - desvio - barateada dessas mercadorias, acarretando na transferência de valores para os países centrais, com a alta demanda de mercadorias, precisou-se de mão-de-obra, inicialmente escrava que, com o passar dos anos tornou-se barata, na busca incessante e incansante por lucro, aqui ocorre a superexploração do trabalhador, que acaba gerando mais-valia absoluta ou relativa.

O fato de exportarmos 95% de nossa produção de alimentos e a falta de máquinas com tecnologia avançada - igualmente as que os países centrais

possuem- faz com que demandamos de outros meios para alimentar a população brasileira e, um dos recursos utilizados é a importação, como consequência a isso, a população passa fome, por não possuir recursos para comprar os alimentos, que, por serem importados, são mais caros, agravando assim os problemas sociais. A continuidade da superexploração do trabalhador brasileiro, em meio a um modelo de produção que prioriza a exportação de commodities, agrava ainda mais a situação de insegurança alimentar e social. A falta de acesso a tecnologias avançadas e a predominância de uma agricultura voltada para o mercado externo são fatores que perpetuam o ciclo de pobreza e fome. Isso evidencia a necessidade urgente de um reequilíbrio na estrutura produtiva e na distribuição de renda.

As políticas sociais, embora cruciais para a mitigação das desigualdades, muitas vezes se mostram insuficientes e são manipuladas para silenciar o descontentamento popular, em vez de promover transformações efetivas. Vemos na trajetória histórica do Brasil que na medida que foram surgindo revoltas com a ausência de assistência por parte do Estado, houve a tentativa de amenizar ou até mesmo criminalizar essas ações do povo, cada lei e programa dos governos vem com a intenção de silenciar e não de modificar a realidade, nos provando mais uma vez o quanto será difícil (mas não impossível), nos desvincularmos dessa realidade.

Nossa história é marcada por desigualdades sociais e econômicas, exigindo assim uma reflexão profunda sobre o futuro do país e nos ensinando que mudanças estruturais são necessárias e que essas transformações devem ser impulsionadas pela mobilização popular e pela construção de uma consciência crítica sobre as relações de poder.

Em síntese, a realidade brasileira é um reflexo de séculos de estruturação social e econômica profundamente marcada pela colonização, exploração e dependência dos países centrais. A complexidade do Brasil se revela nas suas desigualdades persistentes, que são fruto de um sistema que, ao longo da história, privilegiou uma minoria em detrimento da grande massa da população.

Portanto, as considerações finais nos levam a refletir sobre a importância da ação coletiva e do engajamento político da sociedade civil. É fundamental

buscar um modelo de desenvolvimento que priorize não apenas o crescimento econômico, mas também a justiça social. Desvincular-se desse ciclo vicioso de exploração é desafiador, mas a conscientização e a luta por um futuro mais justo são passos indispensáveis para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e igualitária.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ricardo Souza. Questão social no Brasil à luz da teoria marxista da dependência : a crise da “nova república neoliberal” (Dissertação de Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,Rio Grande do Sul, 2019.

BRASIL COLÔNIA. Monocultura, Trabalho Escravo e Latifúndio no Brasil Colônia. Disponível em: <https://www.bahia.ws/monocultura-trabalho-escravo-e-latifundio-no-brasil-colonia/> . Acesso em: 8 de jun. 2024.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE NUTRIÇÃO. Aumento da Fome e Insegurança Alimentar no Brasil: relatório da ONU revela dados preocupantes. 2023. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/index.php/noticias/aumento-da-fome-e-insegurança-alimentar-no-brasil-relatorio-da-onu-revela-dados-preocupantes/#:~:text=N%C3%BAmeros%20da%20fome%20no%20Brasil&text=No%20entanto%2C%20os%20dados%20mais,caracterizada%20como%20moderada%20ou%20severa>. Acesso em: 8 de jun. 2024

COUTINHO, Nelson, Carlos. O ESTADO BRASILEIRO: GÊNESE, CRISE, ALTERNATIVAS. In: LIMA, Júlio César França. NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo: Rio de Janeiro: EDITORA FIOCRUZ, 2006. E-book (320p.) P&B. ISBN: 978-85-7541-612-9. DOI: 10.7476/9788575416129. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/j5cv4/pdf/lima9788575416129.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

DE PAULA, Roberto; GEDIEL, José Antônio Peres. Questão agrária: entraves jurídico processuais recorrentes e desigualdade social. Rio de Janeiro: Revista Direito & Práxis, 2017.

DINIZ, Mônica. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. Revista Histórica. v. 2. 2ª edição, jun. 2005. Disponível em: . Acesso em: 08 jun. 2024

LANDAU, E. C.; SILVA, G. A. da; MOURA, L.; HIRSCH, A.; GUIMARAES, D. P. (Ed.). Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas: cenário histórico, divisão política, características demográficas, socioeconômicas e ambientais. Brasília, DF: Embrapa, 2020. v. 1, cap. 2, p. 31-57.

FAFE, José Fernandes. A colonização portuguesa e a emergência do Brasil. Lisboa: Editora Temas e debates: Círculo de leitores, 2010.

- FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Contracorrente, 2020.
- FURTADO, Celso. A economia latino-americana: Formação histórica e problemas contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.
- FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974
- GALENO. Eduardo. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. São Paulo: Editora Fulgor Limitada, 1964.
- MARINI, Ruy Mauro. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Buenos Aires: Rio de Janeiro, RJ: Editora Vozes ; CLACSO ; Laboratório de Políticas Públicas, 2000(Coleção A outra margem).
- MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- MONTEIRO, Angélica e LEAL, Guaraciara Barros. Reforma Agrária - uma questão social e moral, Brasília, Instituto Teotônio Vilela (Coleção Brasil, 4), 1998.
- MOREIRA, Renata Couto e et al. Dependência, questão agrária e mudanças sociais na América Latina. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- PAULA, Roberto de; GEDIEL, José Antônio Peres. Questão agrária: entraves jurídicos processuais recorrentes e desigualdade social. Direito & Práxis, Rio de Janeiro, v. 8, n 4, 2017.
- PRADO JÚNIOR, Caio. A Revolução Brasileira, Editora Brasiliense, 1987.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Martins, 1942.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.
- PRADO JÚNIOR, Caio. A Questão Agrária. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAPOSO, Clarissa Tenório Maranhão. As particularidades da questão social na realidade brasileira contemporânea: superpopulação, precarização do trabalho e superexploração da força de trabalho. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2015.

RÊGO, André Heráclio. O Descobrimento do Brasil e Outros Ensaios. São Paulo: Biblioteca Brasiliiana Guita e José Mindlin, 2021.

SANTOS, Josiane Soares. Questão social: particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro. 2008. 222 f. Tese (Doutorado) — Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Sandro. A inserção das negras e negros no mercado de trabalho . 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2023/11/21/a-insercao-das-negras-e-negros-no-mercado-de-trabalho> . Acesso em: 8 jun. 2024

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense. 1963.

SODRÉ, Nelson Werneck. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. Brasil: radiografia de um modelo. Petrópolis: Vozes, 1974.

STÉDILE, João Pedro (Org.); ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária. 1946 – 2003. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TAVARES, Maria da Conceição. Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

VEZZALI, Fabiana. Especial Latifúndio – Concentração de terra na mão de poucos custa caro ao Brasil . 2006. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2006/07/especial-latifundio-concentracao-de-terra-na-mao-de-poucos-custa-caro-ao-brasil/> . Acesso em: 8 jun. 2024